

## A Educação nos Impressos Católicos<sup>1</sup>

*Evelyn de Almeida Orlando*  
*Maria José Dantas*

---

### Resumo

Este artigo busca perceber, ao longo da História, a educação nos impressos católicos através da análise de catecismos, periódicos e seus usos como ferramentas estratégicas de conformação do campo pedagógico. Inserido na proposta da Nova História Cultural, atenta para os impressos como uma classe de novos objetos e novas fontes que muito têm a dizer à História da Educação, contribuindo com uma vertente específica que busca, através das publicações pedagógicas ligadas à Igreja Católica, vestígios de uma história ou de histórias que revelem as marcas, os discursos, os conflitos e as tensões próprias de um campo, as práticas e as representações divulgadoras de padrões civilizatórios específicos.

**Palavras-Chave:** História da Educação, impressos, Igreja Católica.

### The Education in the Catholic Printed Papers

### Abstract

This article looks for to notice along the History, the education in the Catholic printed papers through the analysis of catechisms and newspapers and your uses as strategic conformation tools of the pedagogic field. Inserted in the proposal of the New Cultural History, it looks at the printed papers as a class of new objects and new sources that a lot have to say to the History of the Education, contributing with a specific slope that it looks for through the linked pedagogic printed papers to the Catholic Church, vestiges of a history or of histories that reveal the marks, the speeches, the conflicts and tensions own of a field, the practices and representations publishers of civilization specific patterns .

**Keywords:** History of the Education; printed papers, Catholic Church.: History of the Education; printed papers, Catholic Church.

---

### Os Impressos Católicos na História: usos e discursos educativos

Desde as últimas três décadas, as pesquisas em História da Educação têm levado em conta novas possibilidades de investigação. O pesquisador dessa área tem se voltado para a exploração de novas fontes e para um movimento de revisita a alguns objetos que possuem uma matriz interpretativa já cristalizada na historiografia da educação. Em ambos os casos, os estudos sobre os impressos têm oferecido relevantes contribuições.

*Trabalhar a partir das novas perspectivas abertas pela chamada “História Cultural” obrigou os pesquisadores a redefinir seus focos de interesse. Tal linha interpretativa tende a privilegiar, como objeto de investigação, as práticas culturais, seus sujeitos e produtos (compreendidos em sua materialidade de objetos culturais). A História da Educação, entendida como uma especialização da História, não ficou alheia a estas questões e buscou apreender as questões pedagógicas saturadas de historicidade. Historiadores da educação passaram a preocupar-se com o mapeamento dessas novas fontes e também com a teorização dos novos objetos (VILELA, 2000, p. 12).*

Neste sentido, o significado de História remete ao empreendido por Le Goff (2003), de “procurar saber”, “informar-se” e, nessa busca pela informação, nessa procura, os impressos se constituem documentos que se tornam ora importantes fontes, ora, o próprio objeto de estudo a ser investigado. No entanto, é importante lembrar que:

*Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas*

*também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2003, p.110).*

A palavra documento pode ainda, segundo Le Goff, “ser tomada no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (2003, p.531). Desta forma, entende-se os impressos no seu caráter documental ampliado, um texto escrito, muitas vezes ilustrado, que teve seu conteúdo difundido via leitura e oralidade e seu suporte carregado de uma representação cultural de um monumento, símbolo da modernidade. “Só a análise de um documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 2003, p.536).

Atualmente vários historiadores têm se voltado para a análise das contribuições de determinados impressos; dentre eles, podemos destacar, sobretudo, livros, jornais e revistas que influenciaram ou marcaram de alguma maneira a sociedade. A Nova História Cultural vem possibilitando ao pesquisador um aporte teórico para as pesquisas em História da Educação, bem como para o estudo dos impressos e isso tem levado muitos deles a enveredar por este caminho em busca de ampliar as fontes tradicionais de pesquisa. Segundo Galvão e Lopes,

*A “revolução” provocada no campo da História, sobretudo pela Escola dos Annales e, posteriormente, pelo que se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa historiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação... Passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da História e fontes*

*até então consideradas pouco confiáveis e científicas também passam a constituir indícios para a reconstrução de um passado (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 39).*

Assim, este artigo está inserido na proposta de um grupo de historiadores que atentam para os impressos como uma classe de novos objetos e novas fontes que muito têm a dizer à História da Educação e se debruça sobre uma vertente específica que busca, através dos impressos pedagógicos ligados à Igreja Católica, vestígios de uma história ou de histórias que revelem as marcas, os discursos, os conflitos e as tensões próprias de um campo, ou em outras palavras, as práticas e representações de uma instituição transmissora de discursos educacionais, divulgadora de padrões civilizatórios específicos, que utilizou, para isso, ferramentas de apropriações diversas.

Desde que a imprensa foi inventada, a Igreja Católica, experiente em copiar e manipular livros, manteve uma política determinada com relação aos impressos. Entende-se por “impresso” todos os livros, os catecismos, as revistas, os jornais, os folhetos, etc. — enfim, todo objeto que é obra de tipografia. Os “impressos” de nossa investigação têm por missão defender os interesses da religião católica, partindo do pressuposto de que todo o esforço em editar e possibilitar a circulação de tais textos fazia parte de um objetivo maior que era a “recristianização da sociedade” ou a construção da “civilização cristã”.

Pode-se dizer que a modernidade impulsionou a era das publicações religiosas de uma maneira geral. O texto impresso de fácil circulação se difundiu com o intuito de disseminar a fé tanto católica quanto protestante e conformar ambos os campos. Em um âmbito mais popular, o catecismo foi o impresso que ganhou maior relevo, mas outras publicações de destinação educativa também se disseminaram como livros, revistas e folhetos de jornal. Este trabalho enfatiza duas classes de impressos que surgiram em perspectivas educacionais com públicos leitores diferenciados: os catecismos e as revistas.

Após a Reforma, os catecismos proliferaram e assumiram rápida difusão, adotaram novidades em relação ao passado, adquirindo uma originalidade pró-

pria que o tempo e o lugar de circunscrição lhe conferiram e se tornaram o centro da ação pastoral-catequética. A carência da situação religiosa e pastoral do povo resultou em uma condição de miséria espiritual dos fiéis que, sem saber em quem acreditar para a salvação, recorriam constantemente às práticas de indulgências.

A inadequação da ação pastoral fez emergir a tônica do movimento reformista: a necessidade de instrução religiosa. Com isso, surgiu uma onda de catecismos protestantes e católicos como o caminho para a maturação da fé e, conseqüentemente, salvação das almas. A variedade de textos produziu dissonâncias nos discursos de ambos os lados que buscavam associar religião e civilização em seus ensinamentos. Para os catecismos católicos, as orientações catequéticas do Concílio de Trento<sup>2</sup> tiveram a finalidade de uniformizar o ensino e diminuir as dissonâncias dos textos de catecismos. A ignorância religiosa alcançava até o clero, que vivia muitas vezes em situações miseráveis, sem perspectiva, alimento intelectual e espiritual para fortalecer a sua própria fé, o que resultou em um movimento de reforma interna a partir do próprio clero e a publicação do *Catechismus ad parochos*, mais conhecido como “Catecismo Romano” ou “Tridentino”, voltado para os párocos e que tinha por finalidade ser um instrumento auxiliar da formação teológica nos assuntos que deveriam ser ensinados ao povo.

Os principais catecismos católicos publicados na esteira do empreendimento protestante foram redigidos por três religiosos da Companhia de Jesus: Pedro Canísio, Edmondo Auger e Roberto Bellarmino. As obras de Canísio são caracterizadas, sobretudo, pela *Summa*, modelo de síntese teológico-pastoral dividida respectivamente em duas partes: a sabedoria e os sacramentos. Esses catecismos foram os textos mais difundidos nos colégios da Companhia de Jesus e dominaram os países de língua alemã até metade do século XIX. As obras de Auger trouxeram a marca da preocupação com a difusão do protestantismo, evidente na organização que deu ao seu texto, procurando responder ponto a ponto o catecismo de Calvino. Apesar do grande êxito, em pouco tempo, os catecismos de Auger foram suplantados pelos de Canísio,

possivelmente pelo fato da formação individual ter um caráter mais eficiente do que a contestação ao outro. Ainda assim, influenciou os catecismos franceses. As obras de Bellarmino<sup>3</sup> foram escritas depois do Concílio Tridentino, tendo sido aprovadas pelo Papa, tornando-se praticamente obrigatórias em Roma. Foram apresentadas durante o Concílio Vaticano I como o modelo mais autorizado para a compilação do catecismo universal. Foi o texto oficial da Igreja e o mais utilizado nas aulas de catecismos paroquiais até o compêndio de Pio X em 1905 (BOLLIN & GASPARINI, 1998).

Os textos modernos de catecismos interromperam uma tradição oral de um discurso contínuo e adotaram o diálogo em forma de perguntas e respostas como novo procedimento metodológico a ser adotado. A relação, antes fundamentada na pessoa do catequista, peça chave para transmitir a mensagem, foi transferida para o texto, para a palavra impressa. Na catequese moderna a relação se dá entre aluno e livro e o papel do catequista é explicar o livro. Naquele momento, nas aulas de catecismo “o protagonista fundamental é o livro” (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p. 118).

Por mais que a Igreja Católica contestasse o processo de individualização próprio da modernidade, este se fez sentir nas próprias aulas de catecismo moderno que, através da imprensa, mudou completamente a dinâmica do processo de aquisição de conhecimento e que se fez sentir não só nas Igrejas Protestantes. O conceito que se tinha de uma catequese apostólica na Idade Antiga e Média, baseada na oralidade, o que presumia uma interação maior entre as pessoas e uma prática de leitura socializada, foi substituído por um novo código comportamental que levava o indivíduo a uma prática de leitura individualizada, instaurado pela cultura impressa, da qual a Igreja Católica também foi partícipe.

*De agora em diante a doutrina já não é apenas explicada e depois resumida em algumas fórmulas de fácil retenção. Ela deve ser apreendida em pormenor e recitada de cor. O livro já não é apenas o manual do pároco ou da pessoa instruída, que serve de guia para a instrução das pesso-*

*as. Ele é colocado diretamente na mão das crianças e dos adultos. O seu formato é tanto mais reduzido quanto mais o livro é difundido. Tudo isso é novo em relação ao passado (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p. 117).*

Na Europa do século XVII, a multiplicação de manuais de catecismo e de instrução catequética teve o objetivo não só de transmitir como de assentar o espírito cristão. A disseminação das escolas religiosas tratou de formar e exibir a religiosidade dos seus membros. A ação dos colégios corroborou para transformar o século XVII em um século de disputas e polarizações que ditou como norma a demonstração da fé pelo comportamento e pela conduta moral. “A religiosidade também devia ser demonstrada pelo viver cristão em sociedade e a expressão *honnête homme* designava o tipo humano que demonstrava cotidianamente as suas crenças, pois fora formado para isso, nas qualidades cristãs (espirituais) e sociais (cortesãs) pelos colégios” (Hilsdorf, 2006, p.76). Paradoxalmente, o que deveria ser um ponto positivo, transformou-se em um conformismo religioso, fruto do costume, pouco resistente aos atrativos do século XVIII.

A sociedade de corte que se configurou instância social, política e econômica determinava os novos modelos e códigos comportamentais do mundo civilizado. No século XVIII, a mobilidade social dos clérigos permitiu que se tornassem os principais divulgadores dos costumes da corte. O discurso era consoante com os interesses da Igreja. O controle das emoções e a formação disciplinada do comportamento apresentavam afinidades com tendências particulares no comportamento eclesiástico tradicional. “A civilidade ganha novo alicerce religioso e cristão” (ELIAS, 1990, p. 111). A Igreja Católica foi um dos mais importantes dentre os órgãos de difusão dos comportamentos e estilos a partir dos estratos mais baixos da sociedade. Segundo o Padre La Salle, nas suas “Normas de Civilidade” citado por Elias (1990, p. 111), “a maioria dos cristãos considera o decoro e a civilidade como uma qualidade puramente humana e mundana e, não pensando em elevar mais ainda sua mente, não a considere uma atitude relacionada a

Deus, ao próximo e a nós mesmos. Isto mostra bem quanto pouco Cristianismo há no mundo”.

O movimento cultural do Iluminismo e o culto à instrução e ao esclarecimento para formar o cidadão resultou em uma proposta de secularização entre Estado e Igreja, sobretudo na França, que impôs ao ensino religioso uma nova missão: criar um elo de ligação entre a Igreja e o mundo civilizado, estabelecer uma relação entre razão e fé, entre tradição e o progresso. No bojo dessas iniciativas, a partir do século XVIII “delineia-se uma nova pastoral que coloca a paróquia como centro do apostolado, procura afirmar a escola católica e utiliza a imprensa como apoio e sustento para a pregação” (ASSIS, 2004, p.54). Os sermões passaram a ser sustentados e apoiados pela imprensa católica que atuava, segundo Martina, predominantemente em três linhas: “publicações de obras ascéticas e hagiográficas para os grupos mais preparados, coleções de opúsculos populares como os almanaques [...] e a imprensa periódica quinzenal ou cotidiana” (MARTINA, 2005, p. 127). Não obstante ter sido deixado de lado por Martina, os catecismos continuavam figurando dentre os opúsculos populares de maior circulação, sobretudo pelo caráter didático que adotou desde a sua introjeção nas escolas.

Diante da proliferação de impressos de cunho educativo como os vários tipos de textos literários que surgiram no dezoito, a Igreja adotou a estratégia de transformar o catecismo em disciplina escolar e assegurar a sua função formativa. A catequese e os catecismos nesses séculos passaram a ocupar os espaços escolares pertencentes à Igreja. Os textos de catecismo, adaptados ao âmbito escolar serviam também muitas vezes como manuais de primeira leitura. Nos limites do catolicismo, nas Escolas da Doutrina Cristã e nos Colégios Jesuítas, o catecismo apareceu como figura central. “A catequese escolar ou a escolarização da catequese é uma conseqüência da mentalidade iluminista” (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p. 155). Em meio ao projeto de descristianização que se instaurou na nação francesa, fruto do movimento iluminista no país, tal movimento adquiriu na Alemanha contornos próprios, marca da configuração<sup>4</sup> social que o empreendeu, o que fez com que o iluminismo alemão abrisse espaço nas escolas públicas ale-

mãs e austríacas para a catequese escolar e introduziu o texto de catecismo nos espaços laicos. Catecismo e História Sacra tornaram-se disciplinas escolares e o livro de catecismo passou a ser pensado para a escola, prática que se estendeu pelo dezenove. A profusão de impressos e a banalização da leitura associam a história do catecismo no século XVIII à prática de orientação da boa leitura que seguiu praticamente como meta nos séculos seguintes.

A produção de catecismos no século XIX trouxe as marcas dos novos tempos, que pediam novos objetos, novas práticas, novas representações próprias da época e do lugar no qual estavam circunscritas. No âmbito da catequese, os textos de catecismos trouxeram as marcas de duas correntes catequéticas principais: a histórico-teológica de tendência inovadora e a tradicional-doutrinal. Essas duas correntes marcaram o movimento de renovação e tradição que se instaurou nesse século. A multiplicidade de catecismos que eclodiu no dezenove exigiu da Igreja a elaboração de um catecismo único, temática abordada no Concílio Vaticano I (1869-1870), que não chegou a ser definida. O tema da unificação dos catecismos apareceu desde o Concílio de Trento alimentando inúmeros debates desde então.

Em vários países como a França, a Itália, a Alemanha foram adotados textos de catecismos considerados únicos naquele país. A idéia de um texto único de catecismo, considerando que o ensino da religião esteve associado ao discurso civilizador, permite inferir que se pretendia, através da religião e do impresso, moldar a cultura de uma nação como padrão civilizatório. Pelos usos paroquiais e escolares adotados nos diferentes estratos da sociedade, pode-se inferir que o catecismo era o impresso religioso de destinação pedagógica que mais circulava, o que causa estranheza pelas raras referências a esse tipo de impresso que se encontra nas pesquisas sobre o livro e a leitura.

Do ponto de vista do poder simbólico, o livro de catecismo, carregava em si códigos que representavam um modelo cultural - fosse pela fé, pelos valores, pelas normas de conduta que ditava. Os catecismos normatizavam a vida social e contribuíam para a formação de uma sociedade civilizada cristã. Pensar em um texto único de catecismo em uma esfera naci-

onal significa estabelecer um modelo cultural civilizado a ser seguido. Pensar em um texto único de catecismo em uma esfera mundial significa estabelecer um padrão de civilização cristã a ser adotado por diferentes grupos culturais.

No jogo de relações de força que configuram as relações sociais, vale a pena pensar em que consistia, efetivamente, a solicitação de um texto único de catecismo. A primeira tentativa com o “Catecismo Romano” não vingou muito tempo e foi necessário um esforço constante de alguns padres, em vários momentos, para trazê-lo à tona no processo de reforma interna pela qual passou o clero católico no movimento da Contra-Reforma.

A profusão de catecismos que se desenvolveu na modernidade, os variados formatos e usos que receberam, a presença, mas, sobretudo, a circulação intensa desses textos nos espaços e nas políticas públicas de educação revelam o diálogo entre Igreja e modernidade e a apropriação das propostas modernas materializadas no catecismo, um impresso pedagógico - fruto de um projeto católico eficiente pela atenção que dispôs às novas técnicas de produção e aos estilos de discurso desenvolvidos nos tempos modernos para os textos educativos.

O investimento da Igreja em um impresso de destinação pedagógica como o catecismo atingiu com êxito pontos nevrálgicos da instituição: contribuiu diretamente para a propagação da fé católica, para a superação do estágio de ignorância religiosa em que se encontrava o povo cristão e foi instrumento eficaz para o empreendimento de um novo projeto de cristianização.

Em contrapartida, em um propósito convergente, utilizando uma estratégia diferenciada e um público leitor distinto, no século XIX, o Papa Leão XIII<sup>5</sup>, acentuou ainda mais o uso dos impressos pelos católicos abrindo o leque para uma variedade maior de usos dessa ferramenta que passou não só a ser explorada do ponto de vista pedagógico, mas também como instrumento de contestação pública aos opositores da Igreja. Leão XIII escreveu dezenas de “documentos” sobre a imprensa<sup>6</sup>. Uma coletânea desses escritos foi organizada pelos editores das “Atas de Leão XIII da Casa da Boa Imprensa de Paris” e publicados no Bra-

sil em 1947 pela Editora Vozes. A coletânea foi organizada em duas partes: a imprensa má (sua existência, seus estragos e a necessidade de combatê-la); e a boa imprensa (sua necessidade, seu desenvolvimento, suas normas, seu elogio e seu triunfo final). Dentro das normas para a boa imprensa, foram ressaltadas normas gerais e conselhos particulares à Igreja localizada em diversos países: França, Bélgica, Espanha, Lombardia, Itália e Estados Unidos (Leão XIII, 1947).

Em 1879, o Papa recebeu, em audiência, pela primeira vez na história, um grupo de jornalistas e, em sua alocução a eles, enfatizou a necessidade de promover os escritos católicos:

*Sentimos que os tempos precisam do auxílio de tão valorosos defensores. Porque, quando surgiu essa desenfreada liberdade de editar-se tudo quanto se queira, que melhor chamaríamos de libertinagem, os partidários de novidades ocuparam-se em disseminar, em seguida, uma multidão quase infinita de jornais, que se propuseram seriamente impugnar ou pôr em dúvida os princípios do verdadeiro e do reto, atacar e tornar odiosa com suas calúnias à Igreja de Cristo e convencer as mentes com doutrinas perniciosíssimas. [...] Como o costume, agora já universalmente estabelecido, considera que estes jornais se converteram numa necessidade, os escritores católicos terão de trabalhar, com todo o ardor, para converter em remédio da sociedade e defesa da Igreja aquilo que os inimigos usaram para prejudicar a ambas (Leão XIII, Audiência a grupo de jornalistas, 22 de fevereiro de 1879, in *Acción Católica Española, Colección de Encíclicas y Cartas Pontificias*, p. 75-76 apud SGARBI, 2001, p. 316).*

A estratégia do Papa, ao chamar os jornalistas, era formá-los de acordo com os preceitos cristãos católicos e fazer da imprensa uma importante aliada

na disputa do campo religioso. Esse pontífice foi um dos papas que mais escreveu documentos sobre a questão da imprensa.

Na *Immortale Dei*, publicada ainda no século XIX, Leão XIII determinou:

*A liberdade de pensar e de publicar os próprios pensamentos, subtraída a toda regra, não é em si um bem com que a sociedade tenha a congratular-se; antes, porém, é a fonte e a origem de muitos males [...] Não é permitido trazer a lume e expor aos olhos dos homens o que é contrário à virtude e à verdade, e muito menos ainda colocar essa licença sob a tutela e proteção das leis (LEÃO XIII, 1º de Novembro de 1885, apud Documentos Pontifícios, 1959, p.03).*

O papa se referiu aos escritos que iam de encontro à moral e aos valores cristãos. A Igreja tinha medo que os impressos publicados por pessoas não ligadas ao cristianismo, pudessem confundir a fé dos católicos. Contudo o papa advertiu:

*Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para que a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja [...] Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e*

*defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação (LEÃO XIII, Documentos Pontifícios, 1959, p. 9-10).*

Em outras palavras, a Igreja condenou a utilização dos impressos que violavam e denegriam a fé cristã, mas utilizou os benefícios da própria imprensa e dos impressos de modo geral para instruir seus fiéis, sobretudo porque existia um amplo projeto de desenvolver uma cultura católica e, neste sentido, o impresso é uma ferramenta fundamental, pela sua capacidade de adentrar diversos ambientes, socializar ideais, favorecer a difusão de padrões de conduta adequados, entre outros aspectos. Para combater a má imprensa, a Igreja lançou mão das armas da própria imprensa, neste caso, denominada por eles de “a boa imprensa”.

A partir dos diversos documentos da Igreja sobre a imprensa se difundiu a cultura da publicação de impressos nos seminários, entre os movimentos e associações clericais, bem como em outras instituições cristãs, visando possibilitar a comunicação entre os seus membros e também reavivar e manter os preceitos cristãos de todos os fiéis.

### **A Educação nos Impresses Católicos do Brasil**

Pode-se dizer que o Brasil acompanhou o movimento do processo civilizador que se instaurou na Europa e nos Estados Unidos e utilizou o impresso em suas várias incursões e em diferentes domínios.

Na perspectiva do catecismo, é possível pensar nesses impressos como importantes auxiliares da recristianização em relação à disputa externa pelo campo religioso e, do ponto de vista interno, uma importante ferramenta para o desenvolvimento da qualidade dos novos cristãos, fruto de um novo projeto de cristianização mais eficiente e duradouro.

A separação entre Estado e Igreja que se instaurou na República brasileira e a conseqüente ausência do ensino religioso nas escolas deixou a população em um estado de ignorância religiosa que levou o Cardeal D. Leme na sua “Carta pastoral de 1916” a adotar essa justificativa para atribuí-la à causa de todos os males da sociedade.

*Com a proclamação da República (1889) e a conseqüente separação da Igreja e do Estado, os católicos experimentam a sensação de insegurança e de abandono por parte dos poderes constituídos, ao contrário do que acontecia no tempo do império, quando se apoiavam no governo e com ele contavam até para a sustentação do culto e dos ministros sagrados. Agora a Igreja se vê ameaçada em muitos dos seus direitos e pretensões. São momentos difíceis nos quais ela lançará mão das armas da Imprensa a fim de esclarecer os fiéis quanto à situação de um Estado religiosamente neutro e a fim de reivindicar alguns de seus postulados - ensino religioso nas escolas oficiais, valor exclusivo do casamento religioso contra o casamento civil etc. (LUSTOSA, 1983, p. 16)*

Era preciso, portanto, nutrir o povo de instrução religiosa. Do conjunto de estratégias para reconstruir a cristandade brasileira e promover a civilização cristã, os dois eixos norteadores das práticas empreendidas estavam atrelados a duas frentes de ação: a escola e a imprensa. Uma rede de colégios confessionais católicos se alastrou visando a formação de uma elite dirigente consoante com a tradição e cultura do catolicismo.

Dom Leme desenvolveu um ativo trabalho de evangelização no Brasil no início do século XX. Como arcebispo de Olinda, exigiu dos poderes públicos um tratamento especial para o catolicismo, visto que o Brasil é um país de maioria católica. Em 1921, foi transferido para o Rio de Janeiro e algumas das suas principais medidas, no tocante à mobilização dos cristãos, foram a publicação de cartas pastorais, o lançamento da revista “A Ordem”<sup>7</sup> e a fundação do Centro Dom Vital<sup>8</sup> (HORTA, 2004, p.95).

*O cardeal D. Leme, bispo do Rio de Janeiro, teve uma atuação marcante [...] cuidou em especial de educar as lideranças contra os perigos do ateísmo, do anticlericalismo anarquista, do liberalismo e do comunismo, fundando a revista*

*“A Ordem”(1921) e o “Centro de Estudos D. Vital”(1922) para divulgar-lhes o pensamento católico autorizado, em oposição ao dos pioneiros liberais (HILSDORF, 2003, p. 83).*

Um grande colaborador nesse projeto de D. Leme foi Jackson de Figueiredo. Motivado pelas idéias do bispo, esse intelectual sergipano, segundo Sgarbi (2001), fez de sua profissão, jornalista e livreiro, a arma para divulgar seus ideais, ou seja, liderar um movimento que defendesse os interesses da Igreja Católica. Com cerca de 30 anos, Jackson de Figueiredo convidou um grupo de amigos para cogitar a possibilidade de fundar um jornal, pois segundo ele “para trabalhar para a Igreja era preciso um jornal onde expusesse as idéias”. (NOGUEIRA *apud* SGARBI, 2001, p. 46). Veio daí a fundação da revista “A Ordem”. “A escolha do nome do periódico – A Ordem – deixa clara a sua posição, uma vez que Jackson de Figueiredo insistia em dizer que, naquela realidade, existia muita desarmonia e desordem. A revista é o modo de reordenar a sociedade” (SGARBI, 2001, p. 46).

A imprensa católica se desenvolveu como arma eleita para o combate às doutrinas anti-católicas e instrumento de destinação pedagógica. Os vários usos atribuídos à imprensa deram-se, sobretudo, pelo fato dos espaços escolares serem voltados a uma elite mais restrita. “As bibliotecas pedagógicas católicas”, objeto de estudo de Donizeti Sgarbi na sua tese de doutoramento (2001), corroboram com esse princípio. Elas encerram as produções do Centro D. Vital e da Confederação Católica Brasileira de Educação nos periódicos “A Ordem” e “Revista Brasileira de Pedagogia” que tinham por objetivo a conformação do campo pedagógico como ferramentas utilizadas para forjar uma cultura cristã. Essa estratégia partia do entendimento católico que percebia o campo educativo para muito além dos muros escolares.

Segundo Sgarbi, os católicos “acreditavam que, por meio do livro e de seus similares, difundidos, sobretudo entre os intelectuais, os formadores de opinião, poderia se iniciar a recristianização do Brasil” (2001, p. 9). Nesse sentido, o Mons. Álvaro Negromonte<sup>9</sup> adotou um movimento diferenciado. Sua estratégia visava

difundir o ensino religioso nas escolas confessionais e públicas visando atingir um público maior e com isso garantir uma formação católica sólida que determinaria as escolhas e as práticas dos indivíduos na sociedade, daí a necessidade de se introjectar a religião no sujeito desde a mais tenra idade.

A catequese se constituiu uma das frentes de trabalho mais intensas da Igreja, produziu uma série de ferramentas para disseminar a doutrina cristã com o objetivo de recristianização da nação. Inicialmente voltada às paróquias, percebeu no campo escolar um terreno mais fértil para o seu projeto educacional.

Mais uma vez, a escola tornou-se o *locus* ideal para a implementação desse projeto por ser um cenário favorável para a formação do homem civilizado, aspirante da ordem e do progresso, fruto da mentalidade iluminista. Segundo Nascimento,

*O discurso civilizador valorizava a escola como sendo a agência destinada por excelência ao cultivo das grandes virtudes, ao fortalecimento dos espíritos, à formação do homem do futuro, o homem consciente. O homem civilizado, escolarizado, seria capaz de organizar a família em bases sólidas, simpáticas e justas, de acordo com as aspirações do progresso, em consonância com as normas científicas (NASCIMENTO, 2001, p. 16).*

A Encíclica *Acerbo Nimis* e a insistência do Papa Pio X irradiaram uma obra que conclamou catequistas voluntários para os catecismos paroquiais e professores católicos catequistas em suas salas de aula, já que lá tinham acesso a um número maior de crianças; irradiou ainda uma ampla proliferação de manuais de catecismo, já desencadeada no século XIX (LUSTOSA, 1977). No intuito de ordenar a avalanche em prol da catequese, as Conferências Episcopais elaboraram a “Pastoral de 1915” na qual, dentre outras coisas, estabeleceu um catecismo padrão<sup>10</sup>, que sintetizava em seus temas as preocupações da Igreja à época e serviu por algumas dezenas de anos para a instrução religiosa primária. De acordo com Mauro Passos (1999), os três manuais foram organizados da

seguinte maneira: o “Catecismo resumido da doutrina cristã”, o “Primeiro”, o “Segundo catecismo” e o “Terceiro catecismo”. O catecismo resumido foi incorporado ao segundo catecismo, correspondendo a três níveis diferentes que posteriormente foram reagrupados em “Catecismos Menores” (referentes aos dois primeiros catecismos) e “Catecismo Maior” (referentes ao último).

Claro que o primarismo dos métodos empregado, a tendência de uma catequese que se esgotava e fechava com a primeira comunhão, a generalização da idéia de um catecismo desligado da vida não apresentariam os remédios necessários à correção dos males profundos da ignorância religiosa. Além do mais, era uma catequese feita predominantemente com um espírito preventivo contra o espiritismo e o protestantismo (LUSTOSA, 1977, p. 52).

A essa época, o ensino do catecismo no Brasil não acompanhava as iniciativas do movimento catequético europeu, por exemplo, o de Munique, o qual receberia a atenção de Negromonte. O Primeiro Congresso de Catequese, realizado em Belo Horizonte em 1928, foi apontado pelos historiadores da Igreja como um divisor de águas, pois representou para a Igreja o que Mauro Passos (1998) chamou de “pausa dinâmica”. Esse congresso desencadeou uma série de discussões que permitiram pensar em uma pedagogia catequética moderna e traçou um novo panorama para o movimento catequético do Brasil<sup>11</sup>, sinalizando para novos temas, sugerindo novas abordagens, propondo direções sobre as questões de ordem metodológica e didática, avaliando os manuais utilizados nas aulas de catecismo e a formação das catequistas. Menciona-se aí os Congressos Catequéticos Europeus. Passos (1998) aponta esses acontecimentos como ensaios de mudanças, tendo suas conclusões sido sentidas nas décadas seguintes com o impulso particular do padre Álvaro Negromonte, que se esforçou para sistematizar e ampliar o significado da catequese.

Como estratégia de ação no esforço empreendido, Negromonte propôs uma reformulação nos textos de catecismo em um duplo aspecto: material e textual. O novo significado da catequese compreendia uma

formação voltada para a vida religiosa na prática. Deveria se ensinar a doutrina sem perder de vista o aspecto formativo da educação religiosa, mas de forma atraente, interessante para os alunos e consequentemente eficaz para o objetivo ao qual se propôs. Os antigos manuais não atendiam a essas expectativas. Faziam-se necessários novos textos.

*Os novos textos, se quiserem realmente servir à finalidade do catecismo, que é formar o cristão prático, devem ter uma feição inteiramente diversa da atual. Sei que diante de um catecismo novo, todos sentiremos uma impressão estranha. Temos na mente aquelas perguntas, aquelas expressões que decoramos em criança e ensinamos mil vezes aos pequenos; acostumamo-nos aquela ordem de matéria; afizemo-nos até o tipo de livro dos nossos catecismos... Mude-se aquilo e nós estranharemos... Mas é preciso mudar! (NEGROMONTE, 1942, p. 75).*

As mudanças às quais Negromonte se referia diziam respeito à linguagem do texto, ao conteúdo sob medida, a didática. A aproximação com a realidade, o caráter prático das lições e, por fim, embora ele diga ser este último de menos importância, reiterando a teoria de Bourdieu sobre o aparente desinteresse que promove a empresa religiosa, a necessária mudança no aspecto tipográfico.

*Quem conhece psicologia infantil sabe o desprestígio de um livro pequenino, tipo miúdo, sem ilustrações, em face dos livros grandes, texto claro e variado correndo entre as figuras que falam muito mais do que as letras. E quem sabe o encanto de um novo livro vê logo que entre os manuais que variam a cada ano despertando o interesse e o entusiasmo dos pequenos, o mesmo catecismo passando, velho e conhecido, de ano para ano fará bem triste figura [...] (NEGROMONTE, 1942, p. 78).*

*A data em que o padre publicou esse artigo na Revista Brasileira de Educação leva-*

*nos a inferir que esse novo texto ao qual se referia, dizia respeito à série “Meu Catecismo”, voltada para o curso primário. Os documentos levantados apontam a data de publicação dessa série em 1942. Além disso, ao falar da necessidade de renovação nos textos, Negromonte apontou algumas iniciativas nessa intenção, dentre as quais não figurou a sua, e não as qualificou como bem sucedidas, o que justifica a sua iniciativa. Ao propôr um novo texto de catecismo, Álvaro Negromonte não se referiu apenas a uma mudança textual, de conteúdo. Ele foi além. Preocupado em tornar o livro um recurso eficaz para as aulas, sua atenção se voltou para os aspectos teórico, metodológico e técnico do objeto em questão. “Sei que dar um texto novo de catecismo (e não um novo texto) de catecismo é tarefa difícilíssima. Mas é tão necessária que merece nossos melhores esforços” (NEGROMONTE, 1942, p. 82).*

A preocupação do padre com a forma dos textos de catecismos reflete a aproximação deste com as idéias que estavam circulando em torno da renovação do campo pedagógico.

A importância dada ao livro como impresso pedagógico se refletiu nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir de 1920 na preocupação com o conteúdo, mas também com a forma. Segundo Vidal (2001, p. 94), o Programa de Literatura Infantil para a Escola de Professores do Instituto de Educação do Distrito Federal, trazia no seu conteúdo um conjunto de critérios referentes a uma boa publicação compartilhados por outros profissionais da educação: dentre esses critérios praticamente normativos figuravam a preocupação com o conteúdo do texto, a organização atentando para a unidade da obra, a atualidade e a exatidão das noções postas, a adaptação aos interesses básicos das crianças; as qualidades artísticas; a linguagem apropriada correta, clara e simples e os cuidados com a feição material, com o formato, a

impressão, o papel e as gravuras utilizadas. Na escola moderna, a forma de tratamento do aluno em relação ao livro não estimulava a reverência. Ao contrário, a intimidade entre sujeito e objeto da cultura tinha em vista estreitar tal relação. “O livro deveria ser amado, conquistado pelo leitor ou leitora, transformado em objeto de trabalho. Alunos e alunas acostumavam-se ao livro” (VIDAL, 2001, p. 106).

Os catecismos do padre Álvaro Negromonte, apesar de serem destinados às séries escolares, não foram descartados das aulas de catecismo paroquiais contribuindo com isso para diminuir o mal mais agravante da sociedade diagnosticado por ele como a ignorância religiosa. No catálogo da editora Vozes de 1943, eles foram inseridos: Curso de Religião do padre Álvaro Negromonte organizado em 3 volumes: o primeiro volume, “A Doutrina Viva”; o segundo, “As Fontes do Salvador: missa e sacramentos”; e o terceiro, “O caminho da Vida”.

*A publicação de novos livros de catecismos em um novo suporte material e textual tinha um significado mais amplo para a Igreja que ia além da esfera pedagógica e recaía no âmbito político. Publicar é tornar algo público. É fazer conforme assinala Bourdieu “passar do oficioso ao oficial. A publicação é a ruptura de uma censura” (2001, p. 244).*

Publicar novos textos de catecismos era uma demonstração pública do diálogo católico com os novos tempos que vinha tentando ser silenciado pelo grupo de liberais republicanos que fazia frente ao catolicismo. Significava romper com a censura republicana e imprimir as marcas da Igreja na História.

Conquistar espaço para a “educação integral”, aquela revestida de uma filosofia cristã que devia estar na raiz de todo programa educacional, dos manuais, das aulas, da prática pedagógica dos educadores era enfim o grande ideal. Constituir um campo pedagógico católico era fundamental na construção da chamada “civilização cristã brasileira” e o impresso, em geral, foi uma das principais estratégias para o desenvolvimento desse projeto.

### Os impressos católicos em Sergipe

A imprensa sergipana, de modo geral, segundo Nunes (1984), teve seu início no século XIX. Seu berço gerador foi a cidade de Estância, onde o Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira instalou sua tipografia.

*Marcou o início da década de 1830, em Sergipe, o aparecimento da Imprensa com a circulação, na Vila Constitucional de Estância em setembro de 1832, do jornal o “Recopilador Sergipano”. Até esse momento, como dependíamos, no campo econômico, dos comerciantes e do porto da Bahia para a exportação e importação de produtos, também a mesma dependência se verificava na imprensa. A divulgação dos fatos econômicos e políticos sergipanos se fazia através dos jornais baianos. A Idade D’Ouro (1811-1823), o Grito da Razão e o Independente Constitucional (após a Independência), pelas notícias inseridas sobre Sergipe, se tornaram indispensáveis para o conhecimento de sua História nessa época. (...) O “Recopilador Sergipano” (1832/1834), era um jornal cujo formato media: 0,25 X 0,15, com quatro páginas e duas colunas, e publicava especialmente temas da política provinciana. O lema desse impresso era uma frase de George Washington: “Sede justos se quereis ser livres, sede unidos se quereis ser fortes” (NUNES, 1984, p.51-2).*

O Mons. Silveira é descendente da nobreza portuguesa e nasceu em Estância no ano de 1794. Fez o curso de formação no Seminário de São Damasco, em Salvador, e em 1820 ordenou-se sacerdote. Segundo Silva (*apud* Almeida Neto, 2007) ele foi uma liderança política nas Províncias de Sergipe e do Piauí, inclusive como Deputado na Assembléia Provincial. Além disso, contribuiu no campo cultural através da criação do jornal.

Após esse pioneirismo, outras tipografias foram surgindo, até mesmo para suprir as necessidades da

provincia. No advento da República, diversos jornais já circulavam em Sergipe, alguns com pouca duração, outros com uma periodicidade maior. É possível constatar através da História a importância da circulação de jornais e revistas para uma melhor formação da intelectualidade sergipana.

*Os salutareos efeitos da feliz iniciativa do Monsenhor Silveira não se fizeram demorar e esse seu único feito por si só o sagraria benemérito, se por outras nobres acções não se tivesse tornado digno da veneração dos sergipanos. Tão assinalados foram os seus serviços que a antiga provincia do Império, abençoado torrão dos seus affectos filiaes, com generosidade de u'a mãe extremosa soube retribuil-os, elegend-o ininterruptamente membro do Conselho do Governo, Deputado á Assembléa Provincial e á Assembléa Geral Legislativa (GUARANÁ, 1913, p. 45).*

Contudo esse reconhecimento à figura do Mons. Silveira só veio posteriormente. Este sacerdote “enfrentou os preconceitos de sua época, um meio de limitada cultura intelectual”(GUARANÁ, 1913, p. 44). A intenção dele, segundo Guaraná (1913), “era fazer surgir um *orgam* da imprensa, por onde chegassem até aos poderes públicos os reclamos dos seus patricios, também de dotar a comunidade de um elemento de civilização e progresso”. E esse foi o primeiro passo para que outras publicações fossem surgindo.

Quanto à perspectiva da Igreja de difundir os preceitos cristãos, no Estado de Sergipe, alguns impressos católicos se destacaram no século XX, dentre eles: os jornais “A Cruzada”, “A Defesa”, “O Recreio”, “O Clarim”, o “Boletim Vitalista”, a revista “*Scientia et Virtus*” e a revista “Cidade Nova”.

Com relação aos trabalhos que enfatizam estas publicações, Valéria Carmelita Santana Souza (2005) fez um estudo sobre o jornal “A Cruzada”; Ana Luzia Santos (2005) estudou a difusão da Educação Católica através do Jornal “A Defesa” (1960-1969); Péricles Moraes de Andrade Júnior (2000) investigou as questões ligadas à criação da Diocese de Aracaju, bem

como a importância dos impressos católicos neste processo; Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (2004), em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Os Padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948)”, pontuou a circulação da revista *Scientia et Virtus*, uma publicação da Academia Literária São Tomaz de Aquino; Maria José Dantas (2006) estudou as práticas escolares na revista “Cidade Nova”, dentre outros.

Falar de imprensa sergipana implica necessariamente falar de D. José Thomaz Gomes da Silva.<sup>12</sup> Ele nasceu na cidade de Martins no Rio Grande do Norte em 04 de agosto de 1873. Fez seu curso secundário e filosófico no seminário de Olinda, ordenando-se sacerdote a 19 de novembro de 1896. Sua ação sacerdotal foi desenvolvida no estado da Paraíba. Em 1911 foi sagrado bispo na Catedral de João Pessoa. Chegou a Sergipe em 04 de dezembro de 1911. Foi o bispo diocesano de Sergipe até 1948, ano do seu falecimento, vítima de um derrame cerebral.

Logo nos primeiros meses de sua atuação à frente do bispado, em 21 de dezembro de 1911, dirigiu uma circular ao clero estabelecendo como primeira medida efetiva a entrega da direção do “Boletim Diocesano”, que passava a chamar-se “A Diocese de Aracaju”, ao Monsenhor Manuel Raimundo de Melo, sendo a solenidade marcada para 1º de janeiro de 1912.

*Fora estabelecido pelo bispo diocesano que o boletim eclesiástico seria uma publicação mensal no modelo de revista contendo não menos que dezesseis páginas, o qual deveria editar de maneira “autêntica” os atos da Santa Sé, todos os atos do governo diocesano, os documentos pertinentes ao bispado, matérias referentes à disciplina da Igreja e artigos inspirados neste mesmo intuito, além de notícias de interesse da Diocese e das paróquias. Tal medida chama a nossa atenção para o fato de que havia por parte do primeiro bispo da diocese de Aracaju uma grande preocupação no tocante aos impressos católicos em consonância com os debates que*

*vinham sendo estabelecidos pela Igreja em âmbito nacional (SOUZA, 2005, p. 26).*

Em Sergipe, a imprensa católica foi bastante apoiada pela Igreja. Segundo Souza (2005), o padre Solano Dantas, em artigo do jornal “A Cruzada”, chamou atenção dos católicos para que se apoderassem desse maravilhoso invento. Ele via, em Jackson de Figueiredo, um divulgador da necessidade de circulação de órgãos católicos em todo o país. Existiam várias campanhas de incentivo para as assinaturas do jornal “A Cruzada”. Esse jornal foi um veículo formativo ligado à Diocese de Aracaju. Segundo Sousa, nasceu para combater:

*A agitação social, inquietante exercida na época pelos comunistas em Aracaju. A Cruzada constituiu-se a sua grande arma para levar ao mundo operário a Doutrina Social da Igreja, expressa pelas grandes Encíclicas Sociais: Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, e a Quadragésimo Anno, do Papa Pio XI (SOUZA, 2006, p. 46).*

O jornal também tinha a função de “levar à comunidade os ensinamentos obtidos no Centro Dom Vital”<sup>13</sup> (SOUZA, 2006, p.33). Em estudo sobre o referido impresso, Valéria Carmelita Santana Souza (2005) se deteve a analisar o discurso proferido sobre o jornal, com relação especificamente à educação da mulher na primeira metade do século XX. Em sua análise, defendeu a hipótese de que “A Cruzada” foi uma estratégia local para concretizar um projeto mais amplo da Igreja Católica de difusão de práticas e valores morais através dos impressos (2005, p.16).

Conforme o discurso da Igreja, tal jornal estaria completamente voltado para a defesa dos interesses da religião, da pátria e também, de maneira mais específica, do estado de Sergipe.

O periódico circulou em três fases: a primeira foi de 1918 até 1925. Em 1935, D. José Thomaz nomeou o “Conselho de Imprensa da Diocese” e “A Cruzada” voltou a circular de 1935-1943. Depois, retomou a circulação, na década de 1950, e continuou até meados da década de 1960.

Outros jornais se destacaram em Sergipe entre a década de 1920 e 1930. Esse foi um momento, segun-

do Souza (2005), áureo para a imprensa católica nesse Estado. Proliferaram impressos catequéticos, como a “Revista de Sergipe” (1928), o “Boletim Paroquial” (1931), “Monitor Cristão”(1931), “A Boa Nova”(1931-33), “Lino Mariano”, dentre outros.

Um outro impresso importante nesse período foi a revista “*Scientia et Virtus*”, publicada em 1933, com 184 páginas e medindo 22 X 16cm. Ela é uma coletânea litero-apologética da Academia Literária S. Tomaz de Aquino, que funcionava no Seminário “Sagrado Coração de Jesus” de Aracaju. Os artigos publicados nesse impresso foram produzidos pelos membros da Academia, era composta por alunos do Seminário Maior dos cursos de Filosofia ou Teologia. Vale ressaltar que esse Seminário foi a instituição que proporcionou ao Estado de Sergipe os primeiros cursos de nível superior.

Foi através da Academia, segundo Barreto (2004, p. 85), “que os seminaristas praticavam o que se aprendia teoricamente nas salas de aula do Seminário. Desse modo ela representou não só uma agremiação estudantil que tinha por objetivo reunir e diversificar as práticas, mas um ambiente propício a materialização da teoria”.

Os artigos publicados na revista “*Scientia et Virtus*” versavam sobre assuntos ligados à Igreja, sobre a questão do ensino religioso, sobre a importância do clero na História da Pátria, além de crônica, poesia e soneto. Eram artigos escritos por iniciantes nessa arte de publicação; mas, segundo Villas-Bôas (1933, p. 4), “o que ressumbra, porém, da primeira à última linha é a boa vontade dos jovens levitas, o amor à Santa Igreja e à vocação sacerdotal, o calor na defesa da verdade, o zelo pelo depósito da doutrina, a alegria de seguir a Jesus Cristo”.

Na década de 60, do século XX, há registros de um jornal que circulava internamente no Seminário, mas que também era vendido através de assinaturas. Era escrito pelos próprios seminaristas e, a princípio, chamava-se “O recreio”. Porém, depois, por sugestão do padre José Carvalho de Sousa, então reitor, passou a se chamar “O Clarim” – órgão dos seminaristas do Seminário Arquidiocesano de Aracaju.

No acervo do atual Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”, que funciona no prédio onde

anteriormente funcionava o Seminário, foram encontrados exemplares de 1960 até 1965. O jornal era mensal, possuía 4 páginas, com algumas edições especiais de 6 páginas. Era escrito à máquina, com alguns trechos manuscritos e impresso através da utilização de mimeógrafo a óleo, o que algumas vezes dificultava a publicação do Jornal.

Outro impresso católico que circulou no Estado de Sergipe foi o “Boletim Vitalista”. Ele era um *organ* do Centro D. Vital de Aracaju. Essa associação foi fundada inicialmente, no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1922. Segundo seus estatutos, “era uma associação civil que tinha como objetivo a defesa dos interesses da Religião Católica [...] propagando e defendendo as suas doutrinas por meio do livro e da Imprensa” (Ata de fundação do Centro D. Vital, livro de Atas, p. 47 *apud* SGARBI, 2001).

Em Aracaju, o Centro D. Vital foi fundado por Rubens Figueiredo, irmão de Jackson de Figueiredo, em uma sessão solene que aconteceu na Catedral no dia 01 de maio de 1932. Funcionava como uma agência do Centro D. Vital do Rio de Janeiro e tinha assistência religiosa do Pe. Avelar Brandão (Livro de Atas do Centro D. Vital de Aracaju, 1932, p. 02). Visava desenvolver a cultura católica mediante o seguinte programa:

*Organização de cursos e conferências sobre temas culturais católicos; promoção de círculos de estudo do mesmo gênero; manutenção duma biblioteca dotada dum serviço de informações bibliográficas e de divulgação de obras católicas; publicação dum periódico que será o órgão oficial do centro e cooperação direta e indireta no desenvolvimento da imprensa católica (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1946, p.8v).*

Percebemos que uma das funções do Centro era voltar-se para o desenvolvimento da cultura do impresso. Na ata da sessão do dia 22 de setembro de 1933, foi ressaltado que estava em circulação o “Boletim Vitalista”, “cuja elaboração espera melhorar e enriquecer nos números seguintes quando, acolherá a colaboração de todos, desde que esteja dentro das

exigências do seu programa” (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1932, p. 30). Não foram encontradas, nesta análise, exemplares do impresso; no entanto, diversas atas de sessões se referem à circulação do boletim.

*A revista “A Ordem”, que era uma publicação do Centro D. Vital do Rio de Janeiro, também circulou em Sergipe. Na ata da sessão do dia 26 de janeiro de 1934, o presidente falou, a todos os vitalistas, sobre a importância de manter a publicação da revista “A Ordem”, consagrada como a melhor no gênero, instrumento pelo qual o Centro D. Vital defendia os ideais católicos e fazia divulgação de suas atividades, como também esperava a colaboração, através de artigos sobre assuntos da atualidade católica (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1932, p. 42v). Na revista de março-abril de 1946, saiu uma nota elogiosa sobre o Centro D. Vital de Aracaju (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1946, p. 05).*

Em 1960, Aracaju foi elevada à categoria de Arquidiocese e foram criadas as Dioceses de Propriá e Estância. Com a criação da Diocese de Propriá e a chegada do bispo Dom José Brandão de Castro, um outro impresso católico passou a circular no Estado de Sergipe. Segundo Santos (2006), “o jornal ‘A Defesa’ tornou-se órgão oficial de imprensa na Diocese de Propriá”. Esse periódico surgiu, em 1932, naquela época, como um jornal paroquial, mas em razão das dificuldades financeiras, segundo Santos (2006), “teve sua publicação interrompida em vários momentos”. Voltou a circular com a criação da Diocese, como um instrumento usado para difundir o pensamento educacional e evangelizador da Igreja no Baixo São Francisco.

*Além de assumir a função de combater os grupos ou indivíduos que fazem oposição ao catolicismo, a imprensa católica tem sido vista como um importante recurso*

*para oferecer boas leituras, assim como para promover diversões sadias e difundir a doutrina e os ensinamentos católicos. Nessa perspectiva de utilizar a 'boa imprensa' para difundir os discursos católicos e, conseqüentemente, moldar o pensamento, o comportamento e as ações dos fiéis em conformidade com os princípios do catolicismo, foram criados diversos impressos católicos, a exemplo do periódico "A Defesa" (SANTOS, 2005, p.02).*

A Igreja constantemente procurou, através dos impressos, instruir, bem como manter informada a população e, principalmente, os cristãos. Segundo Santos (2006), "Dom José Brandão de Castro atribuía grande importância à imprensa, especialmente à sua função educativa". Por conta disso, no jornal "A Defesa", encontramos discursos educacionais que se voltaram para a formação da juventude.

*Diante da tentativa de promover uma educação fundamentada nos preceitos católicos, o clero que compunha a Diocese de Propriá na década de 1960, passou a utilizar o periódico "A Defesa" como um importante dispositivo pedagógico. Vale ressaltar que sua função pedagógica não se limitou aos discursos e às propostas direcionadas à educação escolar. O jornal "A Defesa" esteve voltado especialmente para a 'educação geral dos cristãos', ou, tomando por base o conceito de civilização de Norbert Elias, pode-se afirmar que ele foi um dos dispositivos utilizados para civilizar os fiéis em conformidade com os princípios e propósitos da Igreja daquela região. Para tanto, se preocupou em oferecer as bases para a educação espiritual e moral dos católicos leigos (SANTOS, 2005, p.04).*

A pesquisadora Ana Luzia dos Santos em sua dissertação de Mestrado investigou a difusão da Educação Católica no jornal "A Defesa", buscando verificar

a forma como os discursos educacionais se manifestavam na imprensa católica.

Dentro desse contexto das práticas educacionais evidenciadas nos impressos católicos, atualmente a revista "Cidade Nova", uma revista católica ligada ao Movimento dos Focolares<sup>14</sup>, vem se destacando por publicar artigos voltados para as diversas áreas do conhecimento, com destaque para educação. Essa revista surgiu na Itália em 1956, circula no Brasil desde 1958 e pode ser adquirida através de assinaturas.

São 50 anos de circulação no Brasil e a revista já passou por vários formatos. Inicialmente, assemelhava-se a um jornal, depois adquiriu a forma de um caderninho e aos poucos foi ganhando o suporte que existe atualmente. Também já foi quinzenal, trimestral, bimestral e mensal com a publicação de 11 números, ganhou nova forma, cores e com um projeto, para o ano de 2008, em comemoração aos 50 anos de circulação no Brasil, de publicar 12 números.

Com a crescente revolução tecnológica, "Cidade Nova" tem se modernizado cada vez mais. Atualmente, dispõe de um site<sup>15</sup> que possibilita aos internautas navegar por suas páginas. A revista online está disponível em sua totalidade para os assinantes e parcialmente para o público em geral. Possui ainda um banco de dados sobre os mais variados assuntos publicados a partir de 1992 e muitos dos artigos sobre educação estão disponíveis.

A proposta pedagógica enfatizada pela revista "Cidade Nova" consiste na formação do indivíduo para a vida em sociedade, para ser construtor de unidade no espaço onde está inserido, formar o homem-relação com o outro. Essa prática educativa tem contribuído mundialmente para a formação da pessoa humana e da sociedade. As motivações para realizar essa proposta são de natureza religiosa, mas segundo Lubich (2003) "seus efeitos no plano educacional são extraordinários". Para ela, mais do que palavras, são um novo caminho para a educação, cujos alicerces se solidificam no exercício contínuo de compreensão, respeito e diálogo.

A verificação de práticas e conceitos educacionais nos impressos católicos nos possibilita inferir que essas publicações servem como instrumentos condutores de elementos civilizatórios e também, algumas vezes, são portadoras de inovações metodológicas.

### Considerações finais

A guisa de uma breve conclusão, pode-se afirmar que os impressos são objetos de uma organização cultural, fruto de determinado ambiente ou contexto social. Não obstante, não foi possível verificar ainda como, exatamente, os leitores se apropriaram da leitura dos impressos católicos. Diante do que pudemos observar, na sucinta análise sobre a experiência da Igreja com relação a estas publicações, percebe-se que os usos dos periódicos atingiram diferentes públicos, com estratégias específicas. Muitas vezes, o impresso foi utilizado como um veículo de formação da intelectualidade católica, a começar do “Catecismo Romano”, que tinha em vista a formação dos próprios padres. Outras vezes se destinou às camadas populares como instrumento de destinação pedagógica e doutrinária. Os periódicos, de uma forma geral, foram pensados na perspectiva de colocar a elite católica a par dos acontecimentos que envolviam a Igreja em polêmicas e debates, esclarecendo-a quanto ao ponto de vista católico diante das questões sociais.

A Igreja, *pari passu* com o processo civilizador, acompanhou as práticas civilizatórias que têm como característica a constante mudança em busca do que Elias (2001) chama de equilíbrio móvel das tensões. Os discursos educacionais publicados em periódicos ou difundidos através das aulas de religião nas escolas confessionais ou até mesmo nas escolas públicas, buscaram moldar costumes, ações e pensamentos da comunidade católica e ampliar os limites da sua influência.

Geralmente estes impressos católicos fizeram parte de um conjunto de estratégias que visavam concretizar o projeto amplo da Igreja Católica de conformação do campo religioso através dos veículos condutores dos discursos educacionais que difundiam e propagavam valores morais e da fé cristã.

No Estado de Sergipe a imprensa católica teve um papel relevante. Faz-se necessário ressaltar a contri-

buição de alguns sergipanos no âmbito dos impressos católicos. Dentre eles: o Mons. Antônio Fernandes da Silveira, fundador da Imprensa (é importante lembrar que a Igreja Católica, através do Mons. Silveira, foi a responsável pelo surgimento da arte de imprimir em Sergipe). Não podemos esquecer da contribuição de Jackson de Figueiredo, sergipano e intelectual ilustre, que, convertido ao catolicismo, colaborou nacionalmente com o processo de civilização cristã, através do impresso, especificamente da criação da revista “A Ordem” e também através do Centro D. Vital. Dom José, que criou o boletim “A Diocese de Aracaju” e o Jornal “A Cruzada”. Na atualidade, podemos destacar as contribuições, também em nível nacional, do atual diretor de redação da revista “Cidade Nova”, o jornalista sergipano José Antônio Faro.

Um aspecto notável na ligação da revista “Cidade Nova” com os impressos católicos publicados em Sergipe é que existe um laço familiar, pelo menos entre dois autores de artigos. Um dos colaboradores do boletim Vitalista e que depois tornou-se redator do Jornal “A Cruzada”, em Sergipe, foi Luiz Rabelo Leite, cujo filho, Eduardo Leite Sobral, é colaborador da “Cidade Nova”, inclusive com artigos sobre educação. Durante algum tempo, Eduardo participou da equipe de redação da revista. Paulo Almeida Machado foi redator do jornal “A Cruzada” e agora seu filho, Carlos Augusto Alcântara Machado, colabora com artigos para a revista “Cidade Nova”, na área do Direito e da Ética.

Assim, concluímos que o Estado de Sergipe, através destes personagens, dentre outros autores e periódicos existentes, continua tendo uma participação significativa na trajetória dos impressos católicos no Brasil. Ressaltamos também, que os impressos católicos revelam práticas e representações adquiridas pela Igreja ao longo dos séculos não podendo, portanto, ficar à margem dos olhos atentos dos historiadores da educação.

### Notas:

- <sup>1</sup> Este artigo é fruto de algumas discussões resultantes de duas pesquisas sobre impressos católicos. Uma voltada para os manuais de catecismos e a outra para a Revista “Cidade Nova”.
- <sup>2</sup> As determinações catequéticas resultantes do Concílio de Trento tiveram como eixos norteadores a organização da instrução religiosa e a proposta de um catecismo. Do primeiro eixo, nasceu a proposta de instrução religiosa nas escolas, estabeleceu diretrizes para o exercício dessa instrução na comunidade cristã. Nasceu a catequese paroquial para as crianças, a qual vai ter em Bellarmino o primeiro escritor de um catecismo voltado especificamente para as crianças em linguagem adaptada. A proposta de um catecismo resultou no Catecismo Romano ou *Cathechismus ad párochos*.
- <sup>3</sup> Os escritos catequéticos de Bellarmino se resumiram em dois: a *Dottrina cristiana breve perché si possa imparare a mente* (1597), escrita para as crianças, em forma de diálogo, em que o mestre pergunta e o discípulo responde, com 96 perguntas e respostas; e a *Dichiarazione piu copiosa della Dottrina Cristiana per uso di quelli Che l’insegnano ai fanciulli e altre persone simplici*, composta in forma de dialogo (1598), uma espécie de guia de orientação para sacerdotes, catequistas e professores, cujo diálogo é invertido e o discípulo é quem pergunta e o mestre responde, com 273 perguntas-respostas (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p. 115).
- <sup>4</sup> O conceito de configuração ou figuração é entendido neste trabalho tal como propõe Norbert Elias, “uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carreado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel das tensões”(2001, p.13).
- <sup>5</sup> O pontificado de Leão XIII durou 25 anos, de 20 de fevereiro de 1878 a 20 de julho de 1903. Ele foi o papa da transição entre o século XIX e o início do século XX. Ficou famoso como o Papa das Encíclicas. (Encíclica é um documento utilizado pelo Sumo Pontífice para exercer o seu magistério. Trata de matéria doutrinária em variados campos: fé, costumes, culto, doutrina social, moral, educação, etc).
- <sup>6</sup> Um dos documentos mais completos de Leão XIII sobre a imprensa é a Constituição Apostólica de 8 de fevereiro de 1897, intitulada *Officiorum ac munerum*.
- <sup>7</sup> A Revista “A Ordem” funcionou como um órgão semi-oficial do Cardeal Leme. Nela, estavam envolvidos aqueles indivíduos que sustentaram o processo de construção da doutrina católica sobre a autoridade, em sua grande maioria, membros do Centro Dom Vital. Por meio da implementação da revista, podemos notar o significado que a Igreja atribuía à imprensa nesse período. Através deste impresso, os intelectuais católicos coordenaram, enfim, uma batalha num campo em que a liberdade de divulgação de idéias e de exercício do debate deveria primar. Eles pretendiam um confronto com as idéias modernas também por meio de um órgão de imprensa que desempenhasse a tarefa de divulgar a doutrina católica, apontar os inimigos da Igreja e orientar sobre os meios de enfrentá-los. Esta revista estava munida dos argumentos recolhidos nas obras do pensamento contra-revolucionário e nos documentos oficiais do catolicismo mais recente, que davam coerência à pretensão de reordenamento social em bases religiosas (DIAS, 1996, p. 92).
- <sup>8</sup> Fundado inicialmente no Rio de Janeiro, teve à frente o sergipano Jackson de Figueiredo, um dos mais atuantes católicos da então capital da República. O Centro Dom Vital tinha como objetivo, segundo Sousa (2006), recrutar e preparar líderes leigos para, com a palavra e o testemunho da vida, levarem o fermento do evangelho à política e à cultura, a fim de que os políticos e intelectuais, imbuídos dos sadios princípios da fé, da justiça, da verdade, da solidariedade e da liberdade, dessem a sua contribuição positiva na construção de uma sociedade justa, fraterna e próspera para todos. O nome dado ao Centro de estudos é uma homenagem a Dom Vital, que foi Bispo de Olinda na década de 70, do século XIX. Segundo Gilberto Freyre, “Dom

Vital foi um conservador-revolucionário. [...] Não era homem de contentar-se com aparências. No que ele mais vivamente se empenhou foi exatamente em dar autenticidade à vida Católica no Brasil [...]” (FREYRE, 1962, p. 575).

<sup>9</sup> O Monsenhor Álvaro Negromonte foi partícipe de um movimento de renovação do campo religioso católico desencadeado na década de 30 do século XX, sendo reconhecido como o pioneiro desse projeto por trazer ao Brasil o diálogo da apropriação católica das Pedagogias Ativas através do Método de Munique. Negromonte lançou uma coleção de livros de catecismos e diversos outros livros de caráter formativo pautados nesses pressupostos.

<sup>10</sup> Publicação da Editora Vozes.

<sup>11</sup> Uma história mais aprofundada da trajetória do movimento catequético se encontra na tese de doutoramento de Mauro Passos, *A Pedagogia Catequética e a educação na Primeira República do Brasil (1889 – 1930)*, 1998.

<sup>12</sup> Maiores informações sobre D. José Thomaz e a criação da Diocese de Aracaju consultar ANDRADE JUNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão: Universidade

Federal de Sergipe, 2000. (Dissertação de Mestrado).

<sup>13</sup> O Centro Dom Vital de Aracaju era uma associação auxiliar da Ação Católica filiado ao Centro Dom Vital do Rio de Janeiro. Funcionava na sede da Ação Católica localizada à Rua Itabaianinha, nº 87, nesta cidade, e tinha por finalidade organizar cursos e conferências sobre temas culturais católicos, cooperação direta e indireta no desenvolvimento da imprensa católica, dentre outros (Livro de Atas do Centro Dom Vital – 1946, p.8v.).

<sup>14</sup> Um movimento de espiritualidade nascido no âmbito católico, mas de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso e intercultural, difundido em 186 países dos cinco continentes. Focolares vem do nome oficial em italiano focolari, que significa lareira, calor, fogo no lar.

Maria José Dantas

é mestre em Educação; Professora da Faculdade de Ciências Educacionais de Sergipe – FACE; Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação; Membro do grupo de estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mariajosedantas@yahoo.com.br